

Antropologia, Universidade e Povos Indígenas

# A rebelião indígena na UFOPA e o desafio da interculturalidade

*Florêncio Almeida Vaz Filho*

Programa de Antropologia e Arqueologia (PAA/UFOPA), Santarém, Pará.

## Introdução

Gostaria de agradecer ao convite para participar desta mesa. Eu me sinto extremamente honrado em estar aqui entre colegas que celebram os 60 anos da ABA. De alguma forma, eu sou um dos frutos desses 60 anos da institucionalização e fortalecimento da Antropologia no Brasil. Foi com professores, textos, debates e pesquisa em antropologia que eu me tornei o que sou hoje: professor, pesquisador e líder indígena consciente da minha identidade e do papel que exerço na academia, junto aos indígenas e na sociedade em geral. Inclusive, hoje atuo como Diretor de Ações Afirmativas na Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA), com um trabalho voltado para indígenas, negros e quilombolas. Por isso tudo eu sou muito grato à Antropologia.

Em 1992, quando cheguei ao Curso de Ciências Sociais na UFRJ e, todo entusiasmado, queria pesquisar sobre caboclos na Amazônia. Afinal, era assim que grande parte da literatura se referia aos moradores do interior daquela região (VAZ FILHO, 1996). Orientado pelas professoras Regina Novaes e Clarice Novaes, comecei a ter contato com textos mais críticos sobre a história dos povos indígenas na região e com textos sobre etnicidade, identidade e cultura, como as obras de Manuela Carneiro da Cunha (1987) e Roberto Cardoso de Oliveira (1976), entre outros. Li a tese de Vera Calheiros da Mata (1989), sobre os Kariri-Xokó do Nordeste. Foi o primeiro trabalho sobre os indígenas daquela região que conheci. Ao longo daquele projeto e no próprio Curso de Ciências Sociais eu descobri que os tais caboclos da Amazônia (eu inclusive) eram – ou poderiam ser – muito mais índios do que se costumava pensar (VAZ FILHO, 2010). E isso

significou uma enorme guinada sobre minha maneira de me ver no mundo e sobre as possibilidades que se me apresentavam.

Na 26<sup>a</sup> Reunião Brasileira de Antropologia (RBA), em Porto Seguro, eu estive em uma mesa coordenada pela profa. Maria Rosa-rio G. de Carvalho, junto com Osmundo Pinho e Gersem Baniwa, discutindo a importância dos nativos negros e indígenas se tornando antropólogos, e também sobre como nós nativos fazíamos antropologia. Inclusive gostaria de registrar a falta que Gersem Baniwa faz nesta mesa. Uma pena que ele não pode estar aqui por motivos de doença. Naquela ocasião eu apresentei um texto intitulado “O nativo revestido com as armas da antropologia” (VAZ FILHO, 2008), onde eu mostrava através da minha trajetória como a antropologia podia se tornar uma arma nas mãos dos próprios indígenas. E ainda hoje esta é a minha condição, ou o lugar de onde eu falo: indígena e antropólogo. O que passarei a expor é resultado da minha observação como indígena, professor e Diretor de Ações Afirmativas na UFOPA.

O termo interculturalidade se refere a trocas, diálogos e interações entre grupos, culturas e pessoas que estejam em condições horizontais para se relacionar. Que estejam em iguais condições para efetuar tais trocas (PAULA, 1999). Se não for assim, o resultado é outra coisa, pois interculturalidade exige o respeito pelo diferente, pelo outro. Este respeito é uma condição para a interculturalidade. Neste sentido, pergunto: o que vemos nas universidades brasileiras nos últimos anos?

## Os indígenas pularam do texto para o debate sobre o texto

Devido às políticas de ação afirmativa, nos últimos anos as universidades passaram a contar cada vez mais com um número expressivo de indígenas, negros e quilombolas. Os indígenas são uma presença que não se pode negar. Estão nos corredores, nas salas de aula e nos vários eventos e mobilizações. Mas como tem sido esta presença? Como ela está sendo assimilada pelo conjunto da academia na prática, uma vez que se trata de algo que não era comum até faz poucos anos? Podemos falar de relações dialógicas e igualitárias entre pessoas que vem de mundos tão diferentes e considerados pelo senso comum em uma escala hierárquica, do tipo mais ou menos civilizado? A universidade tem reconhecido de fato esse outro na sua

diferença e nas suas potencialidades? Como se enfrenta o racismo que está na sociedade como um todo, inclusive na universidade?

Trazendo mais para o nosso campo disciplinar, perguntamos como os professores nos cursos de Antropologia ou de Ciências Sociais estão convivendo com estes indígenas já não objetos de pesquisa, mas estudantes cada vez mais donos de si e levantando questões antes não colocadas em sala de aula? Certamente que há uma grande diferença de uma aula de etnologia indígena quando os nativos estão presentes objetivados apenas no texto, para uma aula onde os indígenas estão, como sujeitos, sentados à frente do professor(a) e discutindo criticamente sobre o que se diz ou se pensa sobre eles. E esta cena está ficando mais comum nos cursos de antropologia e em outros cursos na área das ciências humanas. E o que pode acontecer quando estudantes indígenas se levantam e questionam as próprias práticas e certas concepções dos seus professores antropólogos? São muitas perguntas que podemos fazer. E o debate só está iniciando.

Uma primeira olhada sobre a nova realidade nas universidades, ao mesmo tempo que nos mostra sinais animadores de que estão ficando mais democratizadas e plurais, traz um quadro preocupante que vem se estabelecendo em muitas universidades. E precisamos discutir sobre o preconceito contra indígenas, quilombolas e negros, que se manifestou mais aberto à medida em que estes grupos se tornaram mais visíveis e ativos em várias instâncias da vida acadêmica. Precisamos ampliar o debate porque o clima de acirramento de preconceito e racismo está se refletindo em várias instituições em diferentes Estados do país, envolvendo um ataque a direitos étnicos conquistados, desta vez dentro da própria academia.

O que ocorre com estes grupos é que, de nativos distantes, estes sujeitos hoje passam a integrar o corpo acadêmico das universidades no país e trazem novos desafios para a academia e, especialmente, para as Ciências Sociais, requerendo que ambas se posicionem de forma mais efetiva em relação aos nossos campos de estudo, garantindo que paradigmas teóricos bem resolvidos nos livros, como a alteridade e o combate ao etnocentrismo, saiam do papel para o dia a dia. O que está acontecendo na prática, no entanto, nem sempre está condizente com propostas de respeito aos grupos estudados, e vem gerando problemas em algumas universidades, onde indígenas

afirmam que estão sendo desrespeitados no seu direito à identidade étnica, e sugerem que isso acontece por não se adequarem a um perfil de índio exótico e bilíngue, em total desrespeito a conquistas políticas e sociais de tais comunidades nas últimas décadas.

### A universidade como espaço de reprodução de uma cultura dominante

A escola e a universidade tem sido historicamente espaços de reprodução de um modo de ser, de uma cultura hegemônica. Por isso, muitos indígenas fazem esforço para colocar seus filhos na escola para “aprender a ser gente”, e gente de *uma certa maneira*: ser “civilizado” conforme o padrão europeu-brasileiro: falar corretamente Português, ser cristão e ter uma etiqueta urbana. A universidade também opera assim. É o lugar onde as pessoas aprendem um certo jeito de pensar, raciocinar, escrever e falar. Aprendem também um jeito de ser gente. E este jeito foi herdado das primeiras universidades europeias que foi depois reproduzido pelas universidades brasileiras. Ora, mesmo com o grande número de indígenas, negros e quilombolas que entraram nos últimos anos, a universidade não mudou muito o seu jeito de operar e nem o seu projeto civilizatório. Não mudou a política assimilacionista que vai reeducando, adestrando e incorporando à cultura dominante os sujeitos destes grupos diferentes que chegam. Este padrão continua sendo reproduzido.

Nem poderia ser muito diferente, pois a sociedade brasileira não mudou muito. O modo como se organizam e se hierarquizam as classes sociais, os grupos de poder político e econômico continua o mesmo. Assim, a matriz cultural que sustenta esta ordem de coisas e pessoas precisa continuar a mesma. No entanto, a composição social das universidades foi alterada em parte, com a entrada de quem tradicionalmente não estava ali. E estes sujeitos estão passando pelo processo de reeducação, conforme os padrões culturais dominantes.

Nesse esquema, o estudante indígena com maior possibilidade de sucesso e que poderá se *dar bem* na universidade é aquele que mais se adapta à lógica acadêmica estabelecida. É aquele que atenua ou até se desnuda das suas particularidades culturais e étnicas. Terá mais dificuldades aquele indígena que insiste em manter suas particularidades e distinções culturais. Importa mais mostrar-se pro-

ativista, para enriquecer e sempre atualizar seu Currículo Lattes, preocupando-se mais consigo mesmo enquanto indivíduo e nem tanto enquanto membro de uma coletividade étnica, em nome da qual entrou na Universidade. Importa referenciar-se sempre em autores consagrados na disciplina, autores oriundos do eixo Sul-Sudeste do Brasil ou da Europa e Estados Unidos. Importa menos enfatizar os saberes e tradições do seu povo e os seus mesmos.

Já houve uma grande caminhada, é claro. Com a presença dos indígenas nas universidades, inevitavelmente, houve alguma mudança. Mas o padrão monocultural se mantém como a referência. Gersem Baniwa tem falado em colonização epistêmica. E esse processo continua praticamente o mesmo. Porém, temos que destacar que os indígenas, uma vez dentro das universidades, não ficaram somente “assistindo aulas” ou se adaptando ao ambiente acadêmico. Pela própria necessidade, parte deles foi se agrupando e se mobilizando para reivindicar bolsas e acompanhamento. Logo estes estudantes descobriram que não bastava entrar para a universidade através de algum processo diferenciado de seleção, e que conseguir condições adequadas para estudar e sobreviver lá dentro era um outro desafio. E os estudantes indígenas tomaram várias iniciativas, com apoio de professores e gestores que acolhiam suas propostas e desenvolviam projetos para favorecer a permanência e o aprendizado satisfatório destes estudantes.

Posteriormente, as iniciativas pontuais foram elevadas ao nível de políticas das próprias universidades ou do Governo Federal. Se hoje muitas universidades possuem coordenações, diretorias ou até pró reitorias de ações afirmativas, que garantem uma maior atenção a indígenas, negros e quilombolas, isso foi resultado de cobranças e pressões dos próprios estudantes beneficiados por estas políticas. O mesmo se pode dizer das salas e espaços específicos para os indígenas ou negros em algumas universidades, ou ainda, em nível de Brasil, da Bolsa Permanência do MEC.

A existência desta maloca aqui na UNB como espaço bem visível dos estudantes indígenas é um dos exemplos dos resultados das iniciativas de pressão exercida pelos indígenas diante da estrutura das universidades. Nas demais universidades há salas, pequenas ou um pouco maiores, mas espaços de referência onde estes estudan-

tes indígenas podem usar computadores e fazer suas reuniões. São as “malocas” que os indígenas vão criando nas universidades, sinais de um avanço conquistado por eles mesmos. Podemos dizer que foi principalmente a partir da iniciativa destes grupos, que foi se instituindo nas universidades uma política de ações afirmativas, ainda em construção. Quando os primeiros negros e indígenas entraram nas universidades nada disso existia.

Na UFOPA, a partir de 2010 o Processo de Seleção Especial (PSE) trouxe os indígenas para dentro da Universidade. Mas, uma vez como estudantes da instituição eles tinham que concorrer com outros estudantes por bolsas de apoio à permanência, onde nem todos conseguiam ser contemplados. A vida na cidade, longe dos seus parentes ficou difícil. E eles resolveram se organizar e reivindicar uma forma de auxílio também especial, para garantir sua permanência na universidade. Conseguiram uma bolsa da UFOPA especialmente para os indígenas, sem que tivessem que concorrer com outros estudantes. Criaram o Diretório Acadêmico Indígena (DAIN) que, após várias cobranças e reuniões com pró reitorias e a Reitoria, conseguiu uma sala pequena, com alguns computadores e mesas, que passou a servir como sala de reuniões e de estudos. O DAIN continua pressionando Administração Superior por uma sala maior e com mais mesas e computadores.

Este processo, que ocorre em todas as universidades onde estão os estudantes indígenas, é dinâmico e vai gerando outros desdobramentos, como foi o caso da já citada Bolsa Permanência MEC. Os indígenas continuam pressionando por bolsas para pesquisa e extensão, e outras formas de apoio e acompanhamento. Ao mesmo tempo que estão atentos a atos de racismo de que não raro são vítimas. É algo a se celebrar que os indígenas, uma vez dentro das universidades, vão forçando a uma mudança na configuração das coisas e dos processos. São mudanças ainda limitadas, mas eles continuam exigindo que mudem também as relações entre as pessoas, o que significa questionar hierarquias secularmente estabelecidas.

No entanto, o racismo institucionalizado continua firme, as relações e hierarquias de poder continuam. E quando ocorrem situações onde grupos ou pessoas bem estabelecidas no campo acadêmico se defrontam com esta atuação indígena, elas são obrigadas a apelar

para o tradicional “sabe com quem está falando?” Aí é que nos damos conta de que as resistências contra as mudanças estão bem firmes.

## A rebelião dos estudantes indígenas na UFOPA e suas possíveis lições

E aqui eu gostaria de me referir ao fato que aconteceu no Programa de Antropologia e Arqueologia (PAA), na UFOPA, no primeiro semestre de 2015: uma espécie de rebelião dos estudantes indígenas contra seus professores, e também contra formas de tratamento que recebiam até então na Universidade como um todo. Naquele contexto foi possível constatar como uma tensão pode ficar latente, acumulada durante algum tempo, na forma de mágoas e rancores, e de repente explodir. Quando puderam falar abertamente, os indígenas afirmaram que se sentiam profundamente discriminados por seus próprios professores de antropologia e arqueologia, além de outros estudantes não-indígenas e professores de outros cursos. Quando houve uma oportunidade, aproveitada por aqueles indígenas, foi como o destampar de uma panela de pressão.

Aconteceu, então, que os estudantes indígenas enfrentaram seus professores, irrompendo em reuniões de colegiado, e obrigando-os a lhes escutar. Os professores, ainda tentando manter sua autoridade e argumentação, foram obrigados a escutar a palavra firme dos líderes dos estudantes indígenas: “Não! Agora vocês vão ter que nos escutar! Vocês estão na nossa casa, e precisam nos respeitar”. Até a reitora da Universidade foi a uma das tensas reuniões entre estudantes e professores e teve que escutar os desabaços e reivindicações dos indígenas por mais respeito.

Existem atualmente na UFOPA 240 estudantes indígenas que entraram pelo PSE e 15 que entraram pelo Processo Seletivo Regular (PSR), pela cota dos 50% oriundos de escola pública. Estes estudantes são de aproximadamente 20 etnias, e estão distribuídos em todos os institutos, pois para o PSE indígena e quilombola há vagas em todos os cursos. E desde 2011, quando da realização do primeiro seminário sobre o PSE indígena, estes estudantes apresentam relatos de discriminação por parte dos professores, servidores e estudantes não-indígenas. Mas o quadro tem se agravado desde 2014, com o crescimento da animosidade, inclusive entre os próprios indígenas.

Em geral, estes estudantes vêm de três subáreas geográficas e culturais distintas. Há os indígenas da região do baixo rio Tapajós, próximos da cidade de Santarém, com um intenso contato com a sociedade envolvente, que geralmente enfrentam questionamentos sobre sua identidade indígena e sofrem preconceitos pelo fato de só falarem o Português e terem um estilo de vida muito parecido com os demais moradores das comunidades rurais. Há os Munduruku do alto e médio rio Tapajós, que falam sua língua indígena, e são conhecidos pela sua bravura e resistência contra a construção de hidrelétricas no referido rio. Da Calha Norte do rio Amazonas, na região do rio Trombetas, vem os Waiwai, Kaxiutana, Tunayana e outros povos, que falam o Waiwai como espécie de língua franca. Munduruku e povos da Calha Norte falam línguas indígenas e apresentam traços físicos um pouco mais “diferentes” em relação aos moradores da região.

Em fins de 2014, três estudantes waiwai, dos cursos de antropologia e arqueologia, criaram uma tensão quando começaram a falar e divulgar que os indígenas do baixo rio Tapajós eram “falsos índios”. Isso veio se somar a um movimento bem maior de políticos, empresários e setores da mídia local que alimentam esta ideia sobre os “falsos índios” na região. Inclusive, a Sentença do Juiz Airton Portela, negando a existência de Terras Indígenas no rio Maró<sup>1</sup>, conforme reivindicação dos povos Borari e Arapium que naquela área vivem, é de 26 de novembro de 2014. Tal Sentença atendia perfeitamente aos interesses daqueles setores.

A acusação feita pelo pequeno grupo de waiwai causou tantos problemas e ganhou tanta repercussão que chegou a ser discutida em uma reunião no Ministério Público Federal (MPF) em Santarém, em 25/03/2015, a partir de denúncias feitas pelos estudantes indígenas do baixo Tapajós. Na ocasião, a atitude dos estudantes waiwai foi muito criticada pelos demais estudantes indígenas (inclusive por outros estudantes waiwai e munduruku), por representantes do PAA e outras autoridades da UFOPA. A fala dos três waiwai foi ainda desautorizada pelo Procurador da República, Dr. Luiz de Camões

---

1 A ABA chegou a lançar uma Nota sobre esta sentença. Veja: <http://jornalggn.com.br/blog/mpaiva/nota-da-aba-antropologia-sobre-a-sentenca-judicial-que-nega-a-condicao-de-indigenas-ao-povo-borari-e-arapium> Acesso: 13.01.2015.

Lima Boaventura, e pela profa. Dra. Jane Beltrão, vice-presidente da ABA, presentes à reunião.

Note-se que, apesar de os estudantes envolvidos na questão estarem ligados aos cursos de antropologia e arqueologia, os professores do PAA até então não haviam tomado nenhuma iniciativa no sentido de esclarecer o pequeno grupo waiwai sobre o equívoco daquela ideia de “falsos índios”. E, ao menos em público, aqueles waiwai não foram advertidos por seus mestres, e continuaram com sua cruzada caluniando os indígenas do baixo rio Tapajós. A maioria dos líderes do DAIN são indígenas do baixo Tapajós, que estão geralmente nos cursos de Direito, Antropologia e Pedagogia.

Esta situação de animosidade entre estudantes de diferentes etnias não é um caso isolado, e envolve disputas políticas de legitimidade, por recursos e espaço social que são comuns em outras partes do país e já dispõem de uma boa base de estudos antropológicos. Estas disputas reverberam em diálogos que vêm alimentando a reflexão sobre uma perspectiva de respeito à diversidade de grupos com diferentes momentos de organização social e política, mas semelhantes na busca do respeito à sua identidade étnica. Uma realidade que, se bem processada, passa, sobretudo, pelo respeito às diferenças. Pelo desenrolar dos acontecimentos, no âmbito dos cursos de antropologia e arqueologia na UFOPA, os estudantes entenderam que tal respeito não estava ocorrendo.

Pois bem, aconteceu que o Anarq, um coletivo formado por parte dos professores do PAA, da UFOPA, convidou o doutorando em antropologia Daniel Belik para proferir a palestra “Quem são os muitos Munduruku?”. O evento aconteceu no dia 11/05/2015 em uma sala da UFOPA em Santarém, e contou com a presença de muitos estudantes e professores.

Após a apresentação feita pelo pesquisador, um grupo de estudantes da UFOPA pertencente ao povo Munduruku foi para a frente e afirmou que o pesquisador deveria interromper sua pesquisa, pois não teve permissão deste povo para fazer trabalho de campo na Terra Indígena dos Munduruku, já tendo sido expulso cinco vezes de suas aldeias. Em seguida, o grupo leu uma Carta mediante a qual os líderes de organizações Munduruku explicam que “estão apreensivos por causa dos planos do governo federal de construir o Com-

plexo [hidrelétrico] Tapajós” e, nesse contexto, não sabem “quem são as pessoas que chegam”. Por isso, sua posição é que “nenhum intitulado ‘pesquisador’ tem autorização para entrar no território Munduruku”<sup>2</sup>. Pareceu ali que havia já uma tensão ou mesmo um conflito entre as lideranças dos índios Munduruku e o antropólogo Daniel Belik.

Em seguida, o grupo de estudantes Munduruku se retirou da sala, afirmando que não tinha nada mais a fazer ali. Foi, então, que alguns professores de antropologia e arqueologia se manifestaram solidários com os Munduruku, dizendo que um antropólogo não pode fazer pesquisa entre um povo indígena sem seu consentimento. Sugeriram interromper o evento e fazer uma reunião posterior para tratar do assunto e dar uma resposta aos Munduruku. E também saíram da sala. Mesmo que parte dos convidados para a palestra desejasse continuar, o evento foi encerrado, sob o constrangimento do palestrante e da professora, que coordenava os trabalhos.

Tanto professores como estudantes, indígenas e não-indígenas, concordaram com a manifestação dos Munduruku, afinal estavam exercendo um direito de recusar a entrada de um pesquisador em suas terras. O próprio Daniel Belik reconheceu isso em uma Carta que lhes escreveu<sup>3</sup>. De fato, o que aconteceu foi algo que vem se estabelecendo no cenário da academia. Um antropólogo tendo que se deparar com seus “sujeitos de pesquisa” que, neste caso, se mostraram revoltados e afirmando que o mesmo não era bem vindo entre eles, sendo intimado a interromper o seu estudo.

O que vimos na UFOPA é uma cena que pode se tornar comum a partir de agora, com a entrada de milhares de indígenas, negros, quilombolas, ciganos, entre outros grupos étnicos na universidade. Essa questão, certamente desafiadora, pode ser extremamente estimulante para a antropologia, desde que seja aceito o desafio de,

---

2 “Quem são os muitos Daniel Bellik? [Carta dos Munduruku]” – O documento, postado em 12/05/2015, é assinado por: Movimento Munduruku, Associação Indígena Pusuru, Associação Indígena Palyhy’p e Estudantes Munduruku. Veja o documento, na íntegra: <http://racismoambiental.net.br/?p=180564> Acesso em: 15.03.2016

3 “Carta ao povo Munduruku”, da autoria de Daniel Belik, datada de 18/05/2015. Veja a Carta, na íntegra: <http://alemdamidia.info/carta-ao-povo-munduruku-direito-de-resposta-concedido-a-daniel-belik/>. Acesso em: 15.03.2016.

ampliando o diálogo, garantir o respeito à diversidade, alteridade e direitos destes grupos. Um posicionamento que ainda não parecia muito claro na UFOPA. As coisas poderiam ter parado ali mesmo. Mas foram além.

Diante da insistência de parte dos professores para que o PAA manifestasse apoio público aos Munduruku em relação ao seu protesto diante do pesquisador Daniel Belik<sup>4</sup>, os estudantes indígenas das outras etnias do baixo rio Tapajós se sentiram bastante incomodados. Não aceitavam a insistência para com a solidariedade apenas com os Munduruku e, começaram a se articular, até irromper em grande número à reunião do Colegiado do PAA no dia 18/05/2015. Eles apresentaram um documento, que desde o primeiro parágrafo usa de tons bastante fortes com relação aos seus professores de antropologia e arqueologia: “Vimos por meio deste SOLICITAR deste colegiado UM POSICIONAMENTO E AÇÃO com relação a conflitos políticos, e o porquê da omissão deste programa frente a alguns acontecimentos que vem ocorrendo [...]” (Ofício dos Estudantes Indígenas do baixo rio Tapajós, 2015 – Caixa alta no original)<sup>5</sup>.

Os estudantes sugerem que a grande preocupação de parte dos professores do PAA com os Munduruku resulta do fato de se tratar de um grupo bilíngue, pois o mesmo interesse destes professores não se direcionaria para os indígenas do Baixo Tapajós. A grande questão apresentada era: por que tanta veemência na defesa dos índios Mun-

---

4 “Coletivo ANARQ: Nota de esclarecimento ao Povo Munduruku e à comunidade da UFOPA”, de 02/06/2015. A Nota foi assinada por 12 professores do PAA. Veja a Nota: <http://alemdamidia.info/coletivo-anarq-nota-de-esclarecimento-ao-povo-munduruku-e-a-comunidade-da-ufopa/> Acesso em: 15.03.2015.

5 Ofício N° 001/2015, enviado pelo Diretório Acadêmico Indígena (DAIN), Conselho Indígena dos rios Tapajós e Arapiuns (CITA) e Grupo Consciência Indígena (GCI), em 18/05/2015, doravante referido aqui como “Ofício dos Estudantes Indígenas do baixo rio Tapajós”. O Ofício foi enviado para o Programa de Antropologia e Arqueologia (PAA/UFOPA), com cópia para as seguintes instâncias da UFOPA e instituições: Instituto de Ciências da Sociedade (ICS/UFOPA), Diretoria de Ações Afirmativas - Pró Reitoria de Gestão Estudantil (DAA/PROGES/UFOPA); Pró Reitoria de Ensino (PROEN/UFOPA); Ouvidoria da UFOPA; Ministério Público Federal (MPF); Fundação Nacional do Índio (FUNAI) e Associação Brasileira de Antropologia (ABA). Ver o documento na íntegra: <http://racismoambiental.net.br/2015/06/02/entidades-de-estudantes-indigenas-denunciam-discriminacoes-contr-o-baixo-tapajos-em-curso-da-ufopa/#comment-47807>. Acesso em: 15.03.2015.

duruku do alto e médio Tapajós e quase nenhuma reação em defesa dos índios do baixo rio Tapajós?

Os estudantes indígenas do baixo Tapajós protestavam, conforme suas palavras, porque eram invisibilizados por seus professores, ao mesmo tempo em que outros indígenas, como os Waiwai e os Munduruku do alto e médio rio Tapajós eram sempre citados como exemplo de “os índios”. Aqueles estudantes afirmavam que essa situação os machucava profundamente. Nas suas falas, esses estudantes citaram aulas de etnologia onde, com muita naturalidade, uma professora pedia sempre aos alunos waiwai ou aos alunos mundurucu para contarem mitos dos seus povos que tivessem relação com os mitos indígenas de outros povos que estariam sendo estudados naquele momento. Era, portanto, como se os indígenas do baixo Tapajós, também presentes na sala, não tivessem mitos para contar ou como se nem indígenas fossem. Nas reuniões, a própria professora reconheceu que não se dava conta de tal constrangimento causado aos indígenas do baixo rio Tapajós e se propôs a partir dali rever sua postura. Porém, a maioria dos professores teve muita dificuldade em aceitar as falas e os termos do documento dos indígenas.

No referido documento, enviado a Ouvidoria e vários setores da Ufopa e também a ABA, MPF e Funai, os indígenas repudiam a suposta omissão do Colegiado do PAA e da direção da Ufopa diante de conflitos que envolvem os indígenas na instituição. Afirmam que mesmo que o caso já tivesse chegado até ao MPF, os professores do PAA enquanto colegiado não haviam tomado nenhuma iniciativa em relação ao caso. Os indígenas se sentiam discriminados e desassistidos por boa parte dos docentes do PAA, pela falta de atitude no combate a esta situação discriminatória. Questionam, na carta, de forma explícita tal situação, dizendo:

A sensação que nós, indígenas do Baixo Tapajós, temos é de uma implícita e ao mesmo tempo explícita discriminação manifestada por meio das atitudes e discursos de vários segmentos da instituição, em especial, do próprio corpo docente, não todos. Por vezes, parecemos ser invisíveis a estes profissionais, que, talvez

tenham as mesmas concepções do aluno Walter Wai wai<sup>6</sup> e do Sr. Juiz Airton Portela. Não somos tratados como indígenas por não sermos bilíngues? Ou por que não somos “exóticos” e selvagens, a ponto de responder aos fatos da maneira como agiria o indígena de suas concepções? Entendemos que para estes profissionais, de uma forma geral, os indígenas que atualmente estão na Universidade são apenas os Wai wai e os Munduruku. Talvez, essa postura, não percebida, apenas, por eles próprios, docentes, esteja contribuindo para alguns grupos étnicos se acharem no direito de ser mais indígenas que outros, gerando toda essa “bola de neve”. Nesse sentido, a omissão de tais fatos, para nós, configura-se como uma conivente discriminação. (Ofício dos Estudantes Indígenas do baixo rio Tapajós, 2015)

Este trecho resume bem um quadro preocupante estabelecido nesta universidade, e que serve de exemplo para repensarmos o papel político dos docentes, principalmente os cientistas sociais, dentro e fora de nossas instituições de ensino. Consciente ou não, as escolhas e os silêncios dos professores podem ter repercussões muito negativas para parte dos estudantes.

Situações de discriminação contra os indígenas acontecem não só dentro da Ufopa, é claro. No entanto, este quadro se mostrou bem mais complicado dentro daquela universidade, já que as disputas tinham acirrado uma tensão dentro da instituição. Os estudantes indígenas afirmavam que, além de alunos, havia professores que vinham corroborando ou silenciando diante da intensificação de um discurso discriminatório anti-indígena. Incomodava-os a inércia ou falta de uma posição política ampliada do corpo docente e da própria instituição diante da intensificação do preconceito contra os indígenas.

Eles se ressentiam especialmente pelo fato de os antropólogos e arqueólogos terem se eximido de tomar uma posição mais efetiva diante da Sentença da Justiça Federal em Santarém, que negou aos indígenas do Baixo Tapajós o direito de serem indígenas, através de

---

6 O documento se refere ao estudante de antropologia Walter Waiwai, que liderava as acusações contra os indígenas do baixo Tapajós, acusando-os de serem “falsos índios”.

um discurso de pureza étnica e desrespeito à diferença. Os indígenas afirmam no documento:

REPUDIAMOS A ATITUDE DO PAA, no que se refere à omissão de parte seu quadro docente frente aos últimos acontecimentos envolvendo a integridade étnica dos povos da região do Baixo Tapajós, a saber: No caso da sentença do Sr. Juiz Airton Portela, a qual negou a existência étnica dos povos Borari e Arapiun, e conseqüentemente os demais povos da região, Sentença esta com grande repercussão na mídia nacional, que, pela proporção do fato, caberia à categoria, no mínimo, uma nota com parecer antropológico, independente de uma solicitação formal [...]. (Ofício dos Estudantes Indígenas do baixo rio Tapajós, 2015 – Caixa alta no original)

Os indígenas falavam que até esperavam este tratamento da parte de professores de outros cursos da área das engenharias e tecnologias, mas não de antropólogos e arqueólogos. Disseram eles: “Por entendermos que a antropologia é a área do conhecimento que tem melhor embasamento teórico para lidar com assuntos relacionados à questão de pertencimento étnico, não compreendemos o porquê da omissão do PAA [...]” (Ofício dos Estudantes Indígenas do baixo rio Tapajós, 2015). E este teria sido o seu maior choque, ou frustração. Para eles, os antropólogos, especialistas em indígenas, não deveriam ter uma visão segundo a qual existem índios mais índios, índios menos índios ou índios não índios.

Além dos indígenas, os demais estudantes dos cursos de Antropologia e Arqueologia da Ufopa também resolveram se manifestar nas reuniões do Colegiado do PAA e entregaram a sua Carta aos professores no dia 01/06/2015, onde reafirmam o que disseram os indígenas e também se dizem constrangidos e desrespeitados pelos seus professores<sup>7</sup>. Estudantes indígenas e não-indígenas entenderam que estavam sendo vítimas de um processo de colonização acadêmica, e por isso deram ao seu movimento o nome de “Me coloniza! #sqn”,

---

7 “Manifesto dos alunos da PAA/UFOPA no Pará”, datado de 01/06/2015. O documento foi enviado pelo Movimento autointitulado “Me coloniza #sqn”. Ver o documento na íntegra: [http://radioyande.com/default.php?pagina=blog.php&site\\_id=975&pagina\\_id=21862&tipo=post&post\\_id=312](http://radioyande.com/default.php?pagina=blog.php&site_id=975&pagina_id=21862&tipo=post&post_id=312) e <https://www.facebook.com/mecoloniza/posts/731272166982699:0> Acesso em: 15.03.2015.

que teve página no Facebook, onde os vários documentos sobre o caso foram postados e divulgados<sup>8</sup>.

Um das principais ações do Mecolôniza#sqn foi chamar de volta o pesquisador que teve sua palestra interrompida pela saída de parte dos professores do PAA da sala, no dia 11/05/2015. Parte dos professores se opôs a que fosse dada novamente uma oportunidade e espaço para que Daniel Belik pudesse se manifestar sobre o ocorrido. Diante disso, os alunos indígenas e não-indígenas do PAA convidaram o pesquisador para que voltasse à Ufopa, para uma “palestra-continuação”, com o lema “Ética e Antropologia – um assunto a debater”<sup>9</sup>. Os estudantes pareciam querer dizer a seus professores que eles podiam discordar dos pontos de vistas e das preferências destes. O evento aconteceu no dia 25/05/2015, quando Daniel Belik fez uma fala expondo seu ponto de vista sobre os fatos e suas reflexões feitas a partir deles. Nenhum dos membros do Anarq que haviam saído no meio da palestra do dia 11/05/2015 esteve presente.

A greve dos professores, servidores técnico-administrativos e estudantes da Ufopa, iniciada em fins de maio de 2015 acabou servindo para dispersar a mobilização dos estudantes do PAA. E os professores do PAA, com algum alívio, após muitas reuniões e discussões sobre o teor do documento e dos protestos indígenas, enviaram aos signatários do documento indígena uma “Nota de esclarecimento”, datada de 12/06/2015. Ali dizem que repudiam “de forma veemente qualquer ataque que vise prejudicar a integridade física, cultural, moral e territorial de Povos Indígenas”, e que consideram a necessidade de “elaborar formas de apoio mais efetivas por direitos dos Povos Indígenas do Baixo Tapajós, bem como, de outros Povos ameaçados [...]”. Dizem ainda que “O PAA considera as acusações de supostos ‘falsos índios’ infundadas e rejeita firmemente qualquer discriminação ou acusação dessas ordens”. Com o esvaziamento da Universidade, poucos indígenas leram a Nota. E talvez nem se preocuparam em ter acesso a ela. Importava que o seu recado já havia sido dado. E pelo conteúdo da Nota, os professores do PAA, após

---

8 Conferir: <https://www.facebook.com/mecolôniza/> Acesso em: 15.03.2016

9 “Palestra: ‘Continuação’ Quem são os muitos Munduruku?” – Conf. <http://www.dceufopa.com/2015/05/palestra-continuaçao-quem-sao-os-muitos.html>. Acesso em: 29.05.2015.

intensos e debates internos, já estavam considerando seriamente a mensagem dos indígenas.

## Conclusão

Conversando com estudantes indígenas e não indígenas e professores de outras universidades vejo que fatos como este referido acima não ocorrem somente na Ufopa. Mesmo nos cursos da área das Ciências Sociais há profissionais que tem a visão de que existem índios mais ou menos adequados à sua concepção de indígena. Consequentemente, existem índios pouco apropriados aos seus interesses de estudo.

Pode estar acontecendo que a falta de um diálogo e posicionamento mais efetivos do corpo acadêmico como um todo, incluídos aí professores e integrantes da direção das universidades, venha contribuindo para a continuação do quadro de tensão e animosidade envolvendo os estudantes indígenas, negros e quilombolas. Como lembram os estudantes indígenas do baixo rio Tapajós na Ufopa, se isso seria até compreensível nos cursos de exatas, engenharias e tecnologia, no campo da antropologia, de forma clara, beira o desrespeito à própria disciplina, mas, sobretudo, a pessoas que vêm lutando por séculos para ter sua identidade étnica respeitada e que, hoje, se sentem vulneráveis dentro das universidades, espaços que deveriam ser, sobretudo, do ensino e da vivência de perspectivas de valorização da diversidade.

Ocorre que as universidades estão sendo ocupadas cada vez mais por uma diversidade de indígenas: índios com a pele mais clara ou mais escura, índios com o cabelo enrolado ou liso, índios de todo jeito. E aquele índio com os traços físicos estereotipados, com cabelo liso e olho fino, é apenas um dos tipos de índios que encontramos na universidade. Trabalhar com essas diferenças é preciso. E estes indígenas precisam ser reconhecidos, valorizados e respeitados da forma como são.

Na Ufopa, parte considerável dos indígenas prefere os cursos de Direito, Antropologia, Pedagogia, História, Economia etc., cursos na área de Humanas. E essa formação parece lhes reforçar a capacidade de liderança. Tanto que na atual composição da coordenação executiva do Conselho Indígena dos rios Tapajós e Arapiuns (CITA), todos são estudantes na Ufopa. São estes estudantes que estiveram à frente

das grandes mobilizações indígenas nos últimos tempos, como a ocupação do prédio da Justiça Federal em Santarém em dezembro de 2014, para protestar contra a Sentença que negava a existência de Terras Indígenas no rio Maró; a ocupação do prédio do ICMBio, exigindo o cancelamento de um projeto de Crédito de Carbono florestal na área da Resex Tapajós-Arapiuns, em agosto de 2015. Foram também estes estudantes que, em agosto de 2015, que durante a etapa regional da Conferência de Política Indigenista, em Santarém, exigiram e conseguiram da FUNAI as passagens para 25 representantes dos povos do rio Tapajós irem a Brasília para tratar de demarcação de suas terras e da luta contra as hidrelétricas no rio Tapajós.

São estes os estudantes indígenas que estão nas universidades forçando para que se abram mais as portas e para que se abram mais portas. Se a Universidade não tem sido por si mesma intercultural, se não tem favorecido a interculturalidade, os indígenas, negros e quilombolas chegaram para forçar este processo. E é assim que a cara e o jeito das universidades no Brasil estão sendo transformadas. É assim que as universidades estão encarando a necessidade de serem de fato mais interculturais. E este caminho parece que não tem volta. Ao menos no que depender desses estudantes.

## Bibliografia

- CUNHA, Manuela Carneiro da. *Antropologia do Brasil: Mito, História e Etnicidade*. 2. ed. São Paulo. Brasiliense, 1987.
- MATA, Vera Lúcia Calheiros. *A Semente da Terra: Identidade e Conquista Territorial por um Grupo Indígena Integrado* - Tese de Doutorado apresentada no PPGAS/ Museu Nacional/UFRJ, mimeog. 1989.
- OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. *Identidade, Etnia e Estrutura Social*. São Paulo: Biblioteca Pioneira de Ciências Sociais, 1976.
- PAULA, Eunice Dias de. *A interculturalidade no cotidiano de uma escola indígena*. Cad. CEDES, Campinas, v. 19, N. 49, p. 76-91, dez. 1999
- VAZ, Florêncio Almeida. *Ribeirinhos da Amazônia: Identidade e Magia na Floresta*. Revista de Cultura Vozes 90, Petrópolis, março e abril de 1996. p. 47-65.
- VAZ FILHO, F. de A. *O nativo revestido com as armas da antropologia*. Trabalho apresentado na 26ª RBA, Porto seguro, BA, 2008.
- VAZ FILHO, F. de A. *A emergência étnica de povos indígenas no Baixo Rio Tapajós, Amazônia*. Tese. Salvador: Universidade Federal da Bahia, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais (PPGCS), 2010.

